

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Emely Guarez
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 As políticas públicas frente a transformação da sociedade 3
[recurso eletrônico] / Organizador Elói Martins
Senhoras. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-448-1

DOI 10.22533/at.ed.481202909

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas públicas –
Brasil. 3. Sociedade. I. Senhoras, Elói Martins.

CDD 320.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A realidade das políticas públicas tem se tornando claramente complexas em função do número crescente de temáticas que, não apenas o Estado, mas a própria Sociedade Civil, passa a lidar no dia-a-dia no interesse da *res pública*, o que torna este campo de estudos particularmente rico na conformação de agendas de pesquisas e na projeção de análise descritivas e prescritivas com base em diferenciados paradigmas ideológicos.

Tomando como objeto central de pesquisa a realidade empírica das políticas públicas no Brasil, a presente obra se apresenta como um trabalho coletivo desenvolvido com várias mãos e em colaboração intelectual em distintas partes do país, resultando assim em uma peça investigativa que suscita um olhar plural por meio da combinação de distintos recortes teórico-metodológicos.

Fruto de um trabalho coletivo de 36 pesquisadoras e 18 pesquisadores oriundos de Instituições de Ensino Superior público e privadas, bem como de Instituições da Administração Pública, a presente obra apresenta o resultado de pesquisas desenvolvidas de modo colaborativo em 13 estados, refletindo assim sobre as políticas públicas em todas as cinco macrorregiões brasileiras.

Escrito por meio de uma linguagem simples e acessível a um amplo público, o presente livro fundamenta sua narrativa discursiva a partir da combinação de um conjunto de análises sobre a realidade das políticas públicas no Brasil em diferentes áreas temáticas, a qual se manifesta empiricamente em distintas escalas de espacialização ou mesmo de periodização no tempo.

O livro “As Políticas Públicas frente à Transformação da Sociedade 3” apresenta uma visão maximalista sobre as políticas públicas no Brasil a partir de uma leitura plural que se fundamenta em três eixos temáticos, sendo eles, respectivamente relacionadas a Administração Pública, Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*), e Políticas Urbanas, Rurais, Fronteiriças e de Planejamento Territorial.

No primeiro eixo temático, 4 agendas de estudos sobre a Administração Pública são apresentadas por meio de discussões relacionadas às políticas públicas que valorizam a teoria do capital humano na gestão da inovação no setor público, mecanismos de controle social na Administração Pública, monitoramento e avaliação na gestão pública, bem como os processos motivacionais de agenda *setting*.

No segundo eixo temático, 6 capítulos exploram o sistema de proteção social e o mutagênico Estado de Bem Estar Social no Brasil, por meio de uma série de discussões que versam sobre desigualdade de renda no país, Sistema Único de Assistência Social, previdência, bem como temas de crescente abertura não estatal a atores de Economia Solidária e a Organizações da Sociedade Civil.

No terceiro eixo temático, os 9 capítulos finais do livro são apresentados por meio de discussões que versam sobre as políticas públicas de turismo, habitação e cultura na periferia, bem como políticas específicas que incidem nas fronteiras ou no contexto rural relacionadas à agricultura familiar, extensão rural e à participação de instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Com base nos 19 capítulos apresentados nesta obra, por meio de uma lógica discursiva de gradação crescente nas temáticas abordadas, a pluralidade de pensamento se manifestou como uma peça chave para abordar distintas realidades temáticas das políticas públicas no tempo e no espaço, com base em *expertises* específicas dos pesquisadores envolvidos e em recortes teórico-metodológicos variados que valorizam a riqueza deste campo de estudos. Sejam todos bem vindos ao campo das políticas públicas. Excelente leitura!

. Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O FATOR HUMANO COMO ELEMENTO IMPRESCINDÍVEL PARA A GESTÃO DA INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Geralda Genuina da Fonseca

Ruy Alves Rodrigues Pinheiro

Júnior Cleber Alves Paiva

Mariana Silveira de Oliveira

Rafael Luis da Silva

DOI 10.22533/at.ed.4812029091

CAPÍTULO 2..... 13

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA: EXPERIÊNCIA DO PROJETO PRÓ-SEMIÁRIDO NA BAHIA

Carla Silva Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.4812029092

CAPÍTULO 3..... 23

CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA: ESTUDO COM SUPORTE EM UM CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Gislan Santos Sampaio

Jacqueline Cunha da Serra Freire

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

DOI 10.22533/at.ed.4812029093

CAPÍTULO 4..... 34

MOTIVAÇÕES PELAS QUAIS UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DEVA SE INTERESSAR PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS DA INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DOS ANIMAIS

Nilsen Aparecida Vieira Marcondes

DOI 10.22533/at.ed.4812029094

CAPÍTULO 5..... 52

O DEBATE SOBRE A DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL: A CONTROVÉRSIA DOS ANOS 70 E A CONVERGÊNCIA NOS ANOS 90

Rodrigo Mendes Gandra

DOI 10.22533/at.ed.4812029095

CAPÍTULO 6..... 73

QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS SOCIAIS E A CENTRALIDADE NA FAMÍLIA COMO PADRÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Lúcia Helena Dantas Martins

Ariele França de Melo

Andressa Sonja Pereira de Castro

Jéssica Katariny Oliveira da Silva

Emanuelle Monaliza de Sousa Gomes

Maria Tereza Martins de Souza

Leane Taise da Mota
Letícia Karoline Brito Medeiros Dantas
Felippe Silva dos Santos
Thássila Tamires Batista Alves
Shirlany Sayonara França Bezerra
Luana Maria Miranda de Moura Silva

DOI 10.22533/at.ed.4812029096

CAPÍTULO 7..... 85

O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E A PERSPECTIVA DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR

Gissele Carraro
Jane Cruz Prates
Solange Emilene Berwig

DOI 10.22533/at.ed.4812029097

CAPÍTULO 8..... 98

PERSPECTIVAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BRASIL: ENTRE A PREVIDÊNCIA OBRIGATORIA E A PREVIDÊNCIA VOLUNTÁRIA

Cleci Maria Dartora
Wilson Itamar Godoy

DOI 10.22533/at.ed.4812029098

CAPÍTULO 9..... 111

PROJETO OSC LEGAL: ADEQUAÇÃO LEGAL E CAPACITAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Edna Alves Muniz
Ana Laura Lavor de Castro

DOI 10.22533/at.ed.4812029099

CAPÍTULO 10..... 120

POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: SOB O PÊNDELO DA SUPERACÃO OU MANUTENÇÃO DO SISTEMA?

Caroline Goerk
Fábio Jardel Gaviraghi
Gleny Terezinha Duro Guimarães

DOI 10.22533/at.ed.48120290910

CAPÍTULO 11..... 132

A ROTA DAS EMOÇÕES NO CONTEXTO TURÍSTICO DO ESTADO DO PIAUÍ/ BRASIL

Simone Cristina Putick
Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira
Luzia Neide Coriolano
Milton Augusto Pascotto Maniane
Maria Majaci da Silva

DOI 10.22533/at.ed.48120290911

CAPÍTULO 12	145
IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO PARA AS CIDADES	
Maria Laís Alves de Araujo	
Francisco Lucas de Lima Fontes	
Amanda Virgínia Lima do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.48120290912	
CAPÍTULO 13	156
POLÍTICAS CULTURAIS PARA AS PERIFERIAS – ESTUDO DE CASO “A BATALHA DOS BARBEIROS”	
Veronica Diaz Rocha	
Newton Augusto Cardoso de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.48120290913	
CAPÍTULO 14	171
A CONTRIBUIÇÃO DA EMBRAPA AMAZÔNIA OCIDENTAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS	
Joanne Régis Costa	
DOI 10.22533/at.ed.48120290914	
CAPÍTULO 15	182
INCLUSÃO PRODUTIVA: UM OLHAR SOBRE A EXTENSÃO RURAL NO PROGRAMA DO BIODIESEL NO PIAUÍ	
Maria Elza Soares da Silva	
Cristiane Lopes Carneiro d’Albuquerque	
Luzineide Fernandes de Carvalho	
Boanerges Siqueira d’Albuquerque Junior	
DOI 10.22533/at.ed.48120290915	
CAPÍTULO 16	194
O ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DA CANA-DE-AÇÚCAR EM GOIÁS NO CONTEXTO DOS SEUS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE: UMA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE	
André Luiz Miranda Silva Zopelari	
DOI 10.22533/at.ed.48120290916	
CAPÍTULO 17	209
POLÍTICAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO EM MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA INTERNACIONAL: UM OLHAR PARA A REGIÃO FUNCIONAL 7/RS	
Edemar Rotta	
Neusa Rossini	
DOI 10.22533/at.ed.48120290917	
CAPÍTULO 18	223
MEDIÇÃO FAMILIAR NA FRONTEIRA BRASIL – BOLÍVIA: UM INSTRUMENTO POSSÍVEL DE COOPERAÇÃO MÚTUA	
Noemi Correa de Oliveira Feitosa	
Elisa Pinheiro de Freitas	

DOI 10.22533/at.ed.48120290918

CAPÍTULO 19.....235

A JUDICIALIZAÇÃO DE REGISTROS TARDIOS DE NASCIMENTO NA COMARCA DE
CORUMBÁ/MS

Adauto Ajala Dourado

DOI 10.22533/at.ed.48120290919

SOBRE O ORGANIZADOR.....251

ÍNDICE REMISSIVO.....252

O ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DA CANA-DE-AÇÚCAR EM GOIÁS NO CONTEXTO DOS SEUS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE: UMA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE

Data de aceite: 01/10/2020

Submetido em: 03/07/2020

André Luiz Miranda Silva Zopelari

Universidade Federal do Rio de Janeiro –
UFRJ

Instituto de Economia

Programa de Políticas Públicas, Estratégias e
Desenvolvimento.

Rio de Janeiro – RJ

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4571689896654729>

RESUMO: O presente trabalho teve por fito realizar uma Avaliação em Profundidade da Política Pública designada como Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar, particularmente para o estado de Goiás. Esta Avaliação foi realizada através de um percurso paradigmático desde os modelos Positivistas até ao Paradigma Pós-positivista, em uma de suas tipologias: Pós- construtivismo, em que a Avaliação é muito mais complexa que a mera aferição (quantitativa) de resultados específicos. A busca da interação entre o **texto** e o **contexto** de cada aspecto da Política Pública permite deduzir que a presente Política Pública escolhida para ser submetida a uma Avaliação em Profundidade é menor que as complexidades que informam o seu objeto. Em termos de Resultados Alcançados: a Avaliação do ZAE propiciou o desvendamento de um universo muito mais complexo do ponto-de-vista da avaliação de seu fim último, que é a Sustentabilidade. Depreende-se, por isso mesmo, que a persistência da plantação de cana

em áreas diferentes das preconizadas pelo ZAE se deve a que outras Políticas intervenientes sobre a cana cujas trajetórias institucionais influenciaram a expansão da cana sobre as áreas que hoje são vedadas. Estas dinâmicas caracterizam a dependência do caminho historicamente percorrido, ou *Path Dependence*.

PALAVRAS – CHAVE: Zoneamento Agroecológico, Cana-de-açúcar, Goiás, Avaliação, Path Dependence.

AGROECOLOGICAL ZONING FOR SUGARCANE IN GOYAZ WITHIN THE CONTEXT OF SUSTAINABILITY AIMS: AN IN-DEPTH EVALUATION

ABSTRACT: This paper aims at making an in-depth evaluation of the Agroecological Zoning for Sugarcane in Brazilian mid-west state of Goyaz. Such evaluation was made going through literature paradigms stemming from Positivist models to Post-construtivism that makes evaluation larger than simple gauging (quantitative) of specific results. The quest for interaction between text and context of each aspect of the policy leads to the conclusion that there are larger complexities than the zoning policy itself. Concerning results, the ZAE evaluation allowed unearthing a much more complex universe than the sustainability that is its actual end. Thus, the persistence of sugarcane plantation on lands diverse than the ZAE directives owes to the fact that older policies whose institutional trajectories influence the sugarcane expansion. Such dynamics depict the Path Dependence.

KEYWORDS: Agroecological Zoning, Sugarcane, Goyaz, in-depth Evaluation, Path Dependence.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve por fito realizar uma Avaliação em Profundidade da Política Pública designada como Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar, particularmente para o estado de Goiás. Esta Avaliação foi realizada através de um percurso paradigmático desde os modelos Positivistas até ao Paradigma Pós-positivista, em uma de suas tipologias: Pós- construtivismo, em que a Avaliação é muito mais complexa que a mera aferição (quantitativa) de resultados específicos. A busca da interação entre o **texto** e o **contexto** de cada aspecto da Política Pública permite deduzir que a presente Política Pública escolhida para ser submetida a uma Avaliação em Profundidade é menor que as complexidades que informam o seu objeto. Em termos de Resultados Alcançados: a Avaliação do ZAE propiciou o desvendamento de um universo muito mais complexo do ponto-de-vista da avaliação de seu fim último, que é a Sustentabilidade. Depreende-se, por isso mesmo, que a persistência da plantação de cana em áreas diferentes das preconizadas pelo ZAE se deve a que outras Políticas intervenientes sobre a cana cujas trajetórias institucionais influenciaram a expansão da cana sobre as áreas que hoje são vedadas. Estas dinâmicas caracterizam a dependência do caminho historicamente percorrido, ou *Path Dependence*. A fusão do texto do ZAE com os variados contextos a que foi exposto ao longo desta Avaliação em Profundidade revela que desta Política Pública não se pode dizer que foi plenamente satisfatória, mas, por outro lado, para que seus objetivos fossem atendidos haveria necessidade de outras Políticas seguirem trajetórias próprias diferentes das que propiciaram a persistência da cana nestas áreas.

2 | OBJETIVO

O objetivo-geral é analisar as trajetórias institucionais que determinam a persistência da expansão da cana-de-açúcar sobre áreas vedadas por Decreto, a partir da Avaliação sobre a política pública ambiental do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar em Goiás no período 2009-2016, que é uma política de ordenamento do uso da terra.

Os objetivos específicos são (a) realizar uma revisão de literatura abrangente sobre a expansão da cana, políticas públicas correlatas e os processos ambientais anexos à expansão, de modo a compreender o atual estado das tensões e incertezas sobre cana e meio-ambiente em Goiás; (b) ressignificar a eficácia do Zoneamento vis-à-vis às trajetórias institucionais que levaram ao problema estudado; e (c) discutir a possibilidade de *path dependence* como explicação para o problema.

3 I METODOLOGIA

A metodologia consiste de Pesquisa Qualitativa e observação direta de dados.

O presente artigo aspira a conquistar o seu precípua objetivo a partir de uma discussão comparativa de outros documentos que possuem a manifesta intenção de avaliar e /ou construir uma história sobre o futuro (cenários ou previsões) levando em conta alguns parâmetros e dispositivos legais, infra-legais e da Indústria (setor de atividade); portanto, com fontes secundárias. Também algumas fontes primárias serão consultadas junto a formuladores e participantes em algumas instituições que se envolveram na elaboração do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar, tais como: EMBRAPA, IBGE, CTC, UNICA durante a fase do trabalho de campo. Estas consultas visam a capturar a trajetória das instituições a fim de compreender o processo de significados e ressignificações do conceito de Sustentabilidade, Ameaça ao Meio-ambiente, o papel da cultura canavieira no Crescimento Econômico, essencialmente.

3.1 Fonte de Dados

Serão utilizados, essencialmente, dados primários (espaciais) e secundários (estatísticas), do INPE, CANASAT e EMBRAPA Solos.

3.2 Pesquisa Qualitativa

Essencialmente, a pesquisa qualitativa que apoiou este trabalho de avaliação em profundidade é uma ampla revisão da literatura, que inclui estudos de caso, pesquisa-ação e teoria de base, para se chegar próximo ao estado-da-arte das narrativas sobre a realidade estudada, análises de dados geo-espaciais e estatísticas agrícolas.

4 I REVISÃO DA LITERATURA: PROCESSOS AMBIENTAIS E CONFLITOS NA EXPANSÃO CANAVIEIRA EM GOIÁS

A Avaliação do ZAE quanto à Sustentabilidade, ou seja, como interage com a Sustentabilidade, ou, ainda, sua contribuição à Sustentabilidade, conduziu a que o ZAE delimitou áreas para conter a expansão da cana, uma vez que seu avanço indiscriminado, com manejo inadequado, pode levar a problemas de empobrecimento do solo, infiltração tóxica para águas subterrâneas, contaminação de cursos d'água, entre outros. Ocorre, entretanto, que o avanço da cana, historicamente, deu-se sobre áreas agricultáveis e, em determinados municípios, as áreas de expansão da cana foram previamente selecionadas por empresas e um dos critérios mais relevantes foram as condições de fertilidade do solo, além da moderada atividade, e proximidade viária; criando, na prática, um Zoneamento, digamos, quase exclusivo. Conforme o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO), em todo o Cerrado, os períodos 2007-2008 e 2008-2009, os maiores aumentos de área foram, respectivamente, 62,71% e 45,09% sobre áreas que em 2002 ostentavam agricultura, o que sugere que houve significativa

substituição de culturas; já no que se refere às áreas de pastagem classificadas como propícias à expansão da cana, o aumento intertemporal foi de 21,61% e 7,12%; e o de pastagens em geral apresentam indicadores um pouco maiores: 30,28% e 46,74%. Isto é revelador de que a cana avançou sobre áreas de pastagens inapropriadas para o seu cultivo, seja do ponto-de-vista ambiental onde há solos menos férteis, seja do ponto-de-vista legal, porque avançou sobre áreas de proteção permanente. Houve também pequenos incrementos, 38% e 5,59%, respectivamente, sobre áreas apeadas como remanescentes em 2002. Dados do Sistema de alerta de Desmatamento (SIAD) informam que no período uma franja daquelas áreas de remanescentes está praticamente nos mesmos pontos que o SIAD detectou, ou seja, o avanço da cana provocou o desmatamento de áreas que o ZAE viria a vedar, embora já fosse proibido desde 1965. De modo que isto quer dizer que o Zoneamento atualmente, muito embora seja possível observar a ocorrência da categoria “expansão” em áreas destinadas pelo Decreto, é insuficiente para conter problemas concorrentes pela falta de Instrumentos de Controle (impossibilidade prática de fiscalização) e a consequente sanção, quando for o caso; por mercê dos modelos de negócio contemplando a Sustentabilidade Corporativa com investimentos menos subsidiados e uma visão mais ampla das interações biofísicas e os impactos ambientais sobre o meio biótico e de uma nova geração de instrumentos de Política Ambiental. Convém lembrar que o ZAE não é original e nem inovador: é um instrumento que reúne e organiza dispositivos legais presentes em diversas legislações, como o Código Florestal e procura orientar o desenvolvimento do território agricultável conforme aquelas diretrizes. É preocupante o fato de o ZAE ser incapaz de corrigir problemas passados e não dispor de mecanismos de controle para evitar os efeitos mediatos de etapas anteriores do avanço da cana, especialmente, porque são transfronteiriços e o fato de estarem distribuídos espacialmente em todo o bioma Cerrado pressiona o avanço no estado de Goiás. Conclui-se, portanto, que é necessária uma nova geração de instrumentos que desonere os instrumentos de comando e Controle e permita ao ZAE - que é um elemento indispensável de Política Ambiental porque tem a missão de ordenar o desenvolvimento territorial sustentável - se articular a outros instrumentos e a outras Políticas Públicas de meio-ambiente de forma a alcançar graus menos restritos de Sustentabilidade.

4.1 Expansão das Fronteiras Agrícolas - um modelo teórico

Para compreendermos os processos ambientais, assim como certos conflitos associados à expansão da cultura canaveira, é preciso de premissas sólidas e delimitações claras. Por essa razão, a melhor literatura disponível e consultada nos mostra que o ponto-de-partida deve ser a compreensão do fenômeno: “Expansão das Fronteiras Agrícolas”, que começou em 1975, em Goiás. O Modelo Teórico “Expansão das Fronteiras Agrícolas” é muito citado por Carrijo, Miziara e Ferreira, 2008, Miziara, 2009, Abdalla e Ribeiro, Borges, 2011, Barbalho, Silva e Castro, Souza, 2013; Campos, Caliaro e Silveira, 2014; Abdalla,

Ribeiro e Ferreira, 2016 nos trabalhos que procuram compreender as dinâmicas agrícolas, ambientais, econômicas, corporativas e políticas de Goiás.

O ponto-de-partida é a percepção da ocupação de terras por atividades produtivas agrícolas, onde ainda não haviam chegado. Este deslocamento, algumas vezes, provoca desmatamento. Então, a expansão das fronteiras agrícolas tem sido associada à modernização tecnológica. Miziara (2009) – autor do modelo - entende que o mesmo deve ser olhado em uma perspectiva mais ampla e sugere que a questão tecnológica é apenas mais um dado da equação que explica a incorporação de novas áreas à atividade humana.

4.2 Goiás: Expansão, Cana e os processos ambientais

Partindo desse modelo teórico, o autor então explica que o processo expansionista em Goiás se iniciou com a vinda de agricultores de outras regiões do país, onde já haviam obtido experiência com o novo padrão tecnológico. Esses agricultores trabalham principalmente com o diferencial de preços das terras na região. Principalmente pelo fato de comprarem terras que não eram aproveitadas pela agricultura tradicional: os chapadões.

Contudo, o processo ambiental precisa de uma *proxy* para ser explicado, e o uso do solo, inicialmente, deve ser considerado. Miziara (2009) detalha que se por um lado temos uma ocupação de núcleos antigos que vem desde o fim da mineração, por outro temos uma incorporação de terras ao processo produtivo que continua ao longo de todo do século XX, caracterizado pela ocupação no sentido Sul – Norte. Assim, as regiões do estado situadas mais próximas aos centros dinâmicos da economia nacional são primeiramente ocupadas, e as regiões ao norte do território goiano somente serão plenamente ocupadas nas décadas de 70 e 80. Observa, ainda, que a pecuária é o elemento central no uso da terra: enquanto as pastagens ocupavam cerca de 70% das áreas disponíveis, de modo lento as lavouras temporárias aumentavam a sua participação, que o autor tributa à consolidação da infraestrutura de transportes. (2009:10).

Por fim, as questões ambientais são tributadas à competição pelo uso dos solos de melhor qualidade devido ao avanço das lavouras de cana sobre as lavouras temporárias. Entretanto, essa estabilidade sofrerá uma ruptura nos primeiros dez anos do século 21, quando surge uma nova demanda por álcool devido ao desenvolvimento de motores que funcionam tanto com gasolina como etanol, a partir de 2003. (2009:14-16;19-20).

O que se segue a isso é descrito por Barbalho, Silva e Castro (2013) ao referir que as áreas de plantio de cana-de-açúcar ocorreram, preferencialmente, nas microrregiões Sudoeste de Goiás, Vale do Rio dos Bois e Meia Ponte, entre 2001 e 2006; sendo que esta última já em 2004 inicia um processo crescente de aumento de área plantada ultrapassando a microrregião de maior produção até então, a Sudoeste. A partir de 2006, outra microrregião ganha destaque: Quirinópolis. Em 2010, estava entre as três microrregiões com maior área de produção do estado. (2013:100-101). Duas políticas públicas influenciaram nessa dinâmica espacial: (a) Proálcool e (b) Plano Nacional de Agroenergia. O primeiro teve

um efeito residual, e o último, um pouco mais significativo haja vista que recomendava que as áreas para a expansão da produção deviam estar localizadas em regiões menos desenvolvidas, entre as quais estão as terras do Cerrado, uma vez que a tecnologia industrial e de produção agrícola, viabilizando a transformação dos solos, que passaram a ostentar maior aptidão agrícola. (2013:99).

Contudo, essa expansão não é um movimento comandado diretamente pelo governo, como fora o Proálcool; pode-se dizer o mesmo da seleção das áreas para a expansão da cana, que, embora apoiada por uma política pública (Plano Nacional de Energia, 2006-2011), é motivada por decisões principalmente da iniciativa privada. (Borges, 2011). As usinas induzem um novo modelo de uso e ocupação das terras agricultáveis nas áreas onde se instalam, que, além de reconfigurar as paisagens, introduzem transformações territoriais, que também estão vinculadas ao desenvolvimento de grandes complexos agroindustriais. (2011:24). Isto permite inferir que teria ocorrido um zoneamento induzido pelas usinas e que os novos cenários vão sendo produzidos pela intervenção direta do capital no espaço; como, por exemplo, o PROALCOOL fez em São Paulo tempos atrás. (2011:25).

4.3 Políticas Públicas, Capitalização e Competitividade

Conforme Zopelari (2011), Os programas governamentais promoveram a capitalização da agricultura, e lhe proporcionaram mais estabilidade e menos incertezas, como o PROAGRO – Programa de Seguro Rural – instituído em 1973, o PRODECER – Programa Cooperativo nipo-brasileiro - e o POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento das Áreas do Cerrado – este criado em 1975 e teve por fim o desenvolvimento e a modernização das atividades nas áreas com cobertura vegetal predominante de Cerrado, e induziu ao aumento da produção, da produtividade, afinal tornando a agricultura regional competitiva, porque a exemplo de outros tantos aqui já repassados, fornecia crédito subsidiado e assistência técnica aos produtores, possibilitando o aproveitamento em escala empresarial (Shiki, 1998; Gobbi, 2004), muito embora os pequenos produtores tenham ficado à margem dos benefícios que foram gerados e auferidos.

Nas primícias da década de 2000, os investidores em cana passam a operar com outra lógica, já que o mercado de commodities, paulatinamente, vai deixando de ser a principal referência: o aumento de demanda pelo álcool para diversos usos, mas, principalmente o uso combustível, como ampliação da frota de carros movidos àquele combustível, e a novidade dos automotores *flex-fuel* ensejam novos arranjos.

O Orçamento-Programa PRODUZIR foi estabelecido em Goiás no ano 2000, como sucedâneo do FOMENTAR (Lei n° 9.489, de 19/07/1984). Sua instituição se deu com a publicação da Lei n.º 13.591, de 18 de janeiro de 2000, que visa a incentivar a implantação, expansão ou revitalização de indústrias, assim estimula a realização de investimentos, a renovação tecnológica e o aumento da competitividade do estado, enfocando a preocupação

com a geração de emprego, renda e também a redução das desigualdades sociais e regionais.

O PRODUIR e o subprograma Microproduzir são formas de financiamento das parcelas mensais de ICMS, imposto que é devido pelas empresas implantadas, o que visa a tornar o custo da produção mais barato e seus produtos mais competitivos no mercado. Nesta seção, será feita a observação direta das imagens (cena) que mostram o comportamento da categoria “expansão” definido pelo serviço de monitoramento da safra de cana por satélite do INPE (CANASAT).

Rudorff et al. (2010) apresentaram em um artigo a metodologia do Projeto CANASAT – Área, que, posteriormente, foi institucionalizado como produtos do Serviço CanaSat do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Nele, as ocorrências são classificadas em quatro categorias: soca, em reforma, reformado e expansão. O Decreto foi assinado em 2009, por isso, vale a pena observar a partir do ano de 2011.

A Figura 1 abaixo foi construída realizando-se a operação de intersecção das áreas classificadas pelo ZAE (2009) e a categoria “Expansão” da Cana-de-açúcar (2011) no estado de Goiás, a fim de verificar se os novos canaviais ocorreram sobre as áreas delimitadas conforme ZAE.

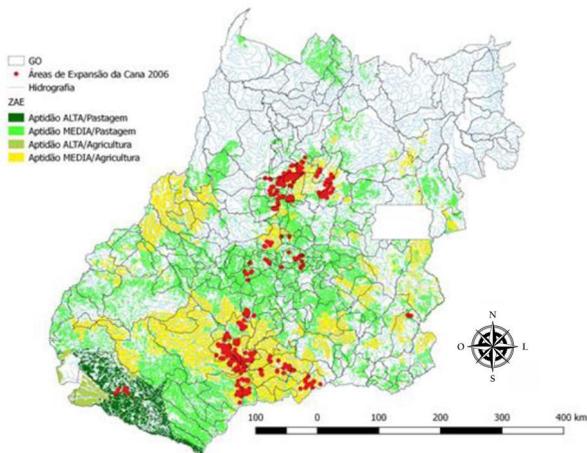


Figura 1 – Mapa mostrando a expansão da cana em Goiás no ano 2011.

Fonte: Embrapa (2009), CanaSat (2011).

Na Figura 1, observa-se que ocorre alguma expansão sobre as áreas não determinadas pelo ZAE, especialmente no Sudeste Goiano, e uma discreta expansão em áreas permitidas mais ao sudoeste goiano. É com essas condições presentes que o Zoneamento sugere o cultivo da cana, pois, por parecer uma área de pastagem degradada,

os impactos ambientais peculiares à cultura canavieira e seu manejo terão menor potencial esperado.

Para ser eficaz, do ponto-de-vista do Paradigma Positivista, a expansão teria de estar ocorrendo dentro das áreas delimitadas pelo Decreto do ZAE. Sob este aspecto, é lícito afirmar, que o Zoneamento não está sendo eficaz. Porém, pelo lado do Paradigma Pós-Construtivista, deve haver a fusão do texto (objetivo) da política do ZAE com o contexto (sustentabilidade). Este contexto é provido pela ação das outras políticas, que influenciaram a expansão da cana, haja vista que tais programas tinham foco nas energias renováveis, produção de alimentos.

5 | DISCUSSÃO

A fim de realizar uma discussão sobre o problema e tentar extrair alguma explicação, é importante construir um método de discussão. Inicialmente, precisamos de um método que parta de um problema posto no presente, que possa ser cotejado com as trajetórias institucionais, iniciadas no passado, evidentemente; que possa então oferecer alguma lógica explícita. Um termo que parece servir bem a este propósito é a historicidade. Outra forma de se fazer a discussão com o mesmo fito é buscar extrair algum elemento – histórico ou não – no âmbito das Políticas Públicas que possa ter atraído todas as trajetórias para o estado atual, que põe em xeque a eficácia do ZAE. O termo pesquisado que melhor se ajusta a esse norte é Afinidades Eletivas. Tanto no primeiro caso, como no segundo, nota-se que existe alguma dependência dos modelos de negócios e das políticas também em relação às vias percorridas para estimular a expansão da cana de açúcar. Não existe um marco teórico *a priori* que indique como tratar em uma Avaliação em Profundidade o que foi observado. Portanto, este fato tornar-se-á em um pressuposto da discussão, que, afinal, renderá a explicação almejada. A Literatura oferece o conceito de *Path Dependence* para descrever o fato acima referido.

Path dependence

Resumidamente, *path dependence*, significa que uma vez que se adote uma solução, ou um conjunto de procedimentos para uma solução, ou seja: um caminho, pode ser custoso sair daquela rota.

A expressão *path dependence* foi apresentada por David (1975) em um artigo sobre a disposição das letras e tipos em máquinas de escrever, que procura explicar como uma particular configuração do teclado se tornou fixo e o padrão. Tenta explicar também porque mesmo tendo havido alternativas mais eficientes persistiu este resultado, quais circunstâncias levaram à persistência desse resultado. Não se trata de algo incomum, cita vários exemplos; com isso, ilustra vários casos de como mudanças incrementais na tecnologia, uma vez que iniciam aquela rota, podem levar a uma solução tecnológica que

supere outras. E isso se dá mesmo quando esta rota tecnológica possa ser menos eficiente que a rota que fora superada.

O argumento de que pequenos eventos históricos podem levar à seleção ou à escolhas tecnológicas sobre outras, foi, primeiramente, desenvolvido por W. Brian Arthur (1983). Seus argumentos valem para o Campo da Economia. Noutro trabalho, Arthur (1988), pensou em quatro mecanismos que mutuamente se retroalimentam, reforçando o sentido um do outro: (a) altos custos fixos (configuração), (b) efeitos de aprendizagem (diminui custos ou melhora o produto à medida que vai prevalecendo no mercado), (c) efeitos de coordenação (gera vantagens com a cooperação com outros agentes econômicos, que agem parecido), (d) adaptação das expectativas (que faz aumentar o prevalecimento no mercado e impulsiona a crença em que este prevalecimento se estenderá ainda mais). (1988:10). Decorre desses mecanismos uma consequência, que se caracteriza por quatro propriedades: (1) múltiplo equilíbrio (um número de soluções possíveis e resultado indeterminado), (2) possíveis ineficiências (uma tecnologia melhor não prevalece porque não teve sorte de obter aderência), (3) *lock-in* (uma vez que uma solução prevaleceu, é difícil sair de sua rota), (4) *path dependence* (a consequência de pequenos eventos e circunstâncias casuais pode determinar soluções que, uma vez que prevaleçam, levam a um caminho particular).

Para transpor ao campo da Nova Economia Institucional, North (2007), utiliza o exemplo da *Common Law*, que ajuda a compreender a mudança institucional, porque é um elemento crítico para se reduzir as incertezas entre partes contratantes, porque dá continuidade e previsibilidade essencial a todos os envolvidos. (2007:96). É uma definição muito complexa, estruturada e às vezes, de certa forma, abstrata.

Consoante North (2007), uma vez que um modelo de desenvolvimento é posto em marcha, as externalidades da rede, os processos de aprendizagem das organizações e modelagem subjetiva derivada historicamente das questões reforçam o curso que o desenvolvimento estiver seguindo. No caso do crescimento econômico, um caminho eficiente para adaptação é o que permite um número máximo de escolhas sob incerteza, com vários métodos de julgamento para as atividades (ver propriedade 1, acima). Ao mesmo tempo, um eficiente mecanismo de *feedback* para identificar e eliminar as escolhas relativamente ineficientes (propriedade 2). Os crescentes retornos que caracterizam um conjunto inicial de instituições, que acabam desencorajando as atividades produtivas, levarão à criação de organizações e grupos de interesse, que buscarão formatar a Política conforme seus interesses, para reverter aquelas restrições. Disso resultará que a economia fará com que evoluam políticas que reforcem os incentivos existentes e as organizações (propriedade 3). Como toda economia possui instituições que criam tanto oportunidades para atividades produtivas como improdutivas, então a história de qualquer economia irá refletir uma miríade de resultados, que não serão homogêneos.

Então, a *path dependence* (propriedade 4) significa que a história é importante. Não se pode compreender as escolhas atuais sem reconstruir a evolução incremental das instituições. A mudança tecnológica e a mudança institucional são as chaves para a evolução econômica e social; e ambas ostentam características de *path dependence*. (2007:103).

Destarte, é lícito depreender que há custos elevados para se realizar uma inflexão total do modelo até aquele dado momento. Uma mudança total teria de ser precedida da construção de novas instituições, e isso dependeria de novas interações dentro e entre grupos de interesse e organizações, e, especialmente, uma nova composição dos custos de adaptação, possivelmente, de coleta de informações, tratamento de informações, contratos, monitoramento desses contratos e um novo tipo de relação do Estado com os atores privados. Dessa nova interação é que surgiriam novas políticas públicas criando incentivos para atividades produtivas, levando, em tese, ao crescimento econômico e desenvolvimento social, também.

Mediante esta construção, tentarei enquadrar os fenômenos do problema examinado sob a condição de historicidade (narrativa tentando explicar os fatos passados a partir de um problema posto no presente, buscando sua trajetória). Se a explicação requerer um pouco mais de clareza, proporei acoplar outro conceito e tentar tornar a *path dependence* mais operacional.

Preliminarmente, cabe lembrar que a historicidade foi realizada, de certa forma, com a revisão da literatura, que, em si mesma, por sua peculiar natureza, consegue cumprir este papel sem maiores esforços. Todavia, resta, ainda, discutir que o concerto dos pressupostos do modelo teórico da “expansão das fronteiras” com os vários aspectos do modelo de “mudança institucional”, essencialmente trabalhado aqui, revelou que há uma trajetória institucional da Política Pública Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar, que foi instituída sob o modelo de um Decreto. Entretanto, diversas outras políticas foram instituídas por meio de lei (Código Florestal, Política Ambiental, Lei das águas, Proálcool, etc.) e que nada obstante enfrentaram alguma dificuldade para serem eficazes em toda sua plenitude. Outra questão que merece nota é que os adjacentes instrumentos de comando e controle, os instrumentos econômicos, são custosos e, por isso, nem sempre tornar caro permanecer ilegal é efetivo.

A busca de retorno por auferir renda da terra, conforme as diversas variáveis, isoladamente, não explica a expansão da cana fora das áreas determinadas no referido decreto.

As várias mudanças institucionais que ocorreram com a emergência de novos atores, novas opções de políticas públicas (especialmente, do ponto de vista do financiamento indireto), em vários e diversos momentos também não bastam para explicar o que se observou. De qualquer forma, deduzir-se que sob os auspícios do Modelo de “Expansão de Fronteiras” houve um “zoneamento induzido com a aquisição, arrendamento e contratos

de fornecedores, localizados nas melhores terras, tendo como segura a oferta real e potencial da logística e subsídios estaduais” e que as mudanças que se seguiram através da história descrita ao longo deste trabalho, incluindo as estratégias das empresas, das usinas e dos proprietários de talhões canavieiros geraram uma plêiade de instituições com custos gravosos para a produção no caso de se ter recomeçar a história do avanço da cana em Goiás no período recente, torna lícito depreender que é um caso de dependência do caminho historicamente percorrido, ou *path dependence*, e não se pode afirmar que a Política do ZAE não foi eficaz.

As trajetórias institucionais que levaram ao problema parecem consistentes e coerentes como historicidade. Todavia, este método de discussão não se mostra capaz de demonstrar as correspondências entre as políticas públicas e o problema essencial do trabalho. Isto leva a crer que a historicidade precise de algum complemento ou algo que possa ser acoplado para que a narrativa seja mais claramente operacionalizada. Por esse motivo, eu compreendo que existe um conceito-mediador que melhora a concepção de *path dependence* e a torna, por assim dizer, mais operacional; no sentido de que se torna factível construir uma ideia concreta e tangível do caso analisado neste trabalho: Afinidades Eletivas.

A afinidade eletiva, para os fins deste trabalho, é o compartilhamento ou o uso comum de uma determinada *Proxy* pelas variadas políticas públicas federais que interferiram nos processos de expansão da cana em Goiás. São essas afinidades que podem ter levado a um estado de dependência histórica, em decorrência do círculo vicioso que se formou com o repetir de cada uso inapropriado da terra, sem aplicação dos instrumentos de controle do Estado, em cada etapa de expansão da lavoura canavieira no estado de Goiás, especialmente em sua região Sul.

A tabela 1, abaixo, representa um esforço incipiente de ‘mapear’ essas afinidades e tentar demonstrar como pode ter se instalado a *path dependence* no caso observado.

Para se buscar operacionalizar estas Afinidades Eletivas, é preciso que as políticas públicas examinadas tenham um elemento comum de atração, um elemento afim. O contexto da política do Proálcool, por exemplo, é produzir maiores volumes de álcool combustível, o mesmo se pode dizer do PNA. Entretanto, o contexto dessas políticas tomadas como exemplo, na verdade, é a expansão da cana-de-açúcar. Explica-se: para se produzir álcool, foi preciso aumentar a área plantada com cana-de-açúcar, haja vista que aquelas políticas não previam qualquer incentivo para se construir alcooldutos para, por exemplo, trazer o produto do oeste paulista para Goiás. Então, foi preciso gerar uma expansão das áreas com lavouras canavieiras para se obter o fito de tais políticas. Contudo, para se expandir a cana, precisou-se promover a mudança do uso e cobertura da terra; por isso, esta variável deve ser o elemento afim, isto é, a *Proxy*, para a investigação da *path dependence*. A mudança do uso e cobertura da terra pode ser descrita a partir das seguintes variáveis discretas: tamanho da área, uso anterior, tipo de solo, declividade, relevo, preço da terra. Poderia haver outras, mas pelas razões já mencionadas anteriormente foram preteridas.

Proxy	Mudança do Uso e Cobertura da terra							
Ano do início da conversão	Tamanho da área (ha) ¹ .	Uso anterior (Cultura Sucedida)	Tipo de solo	Declividade	Relevo ²	Preço da Terra ³ (valores ano-base 2009)	Política Pública	Fonte: Macedo (2013) ^b FNP ^c
1985	275.545 ⁴	Vegetação Nativa e Cerrado	Latossolo Vermelho	< 9% ⁵	Ondulado/ Suave Ondulado	R\$ 3.422,03/ha a R\$ 5.701,96/ha ⁶	Prodecer II	IBGE
		Cerrado		< 9%			Polocentro	
1975	1.362.265,21 ⁷	Cerrado; através da década de 1980, também os grãos (esp. milho e soja).	Latossolo Vermelho Latossolo Vermelho-amarelo Gleissolos Cambissolos	< 9%	Ondulado/ Suave Ondulado/ Plano	R\$ 3.422,03/ha a R\$ 5.701,96/ha	Proálcool	Barbalho, Silva e Castro (2013)
2006	1.545.689,57 ⁸	Cerrado; remanescentes de vegetação nativa, Grãos (esp. milho e soja).	Latossolo Vermelho Latossolo Vermelho-amarelo Gleissolos Cambissolos	< 9%	Plano/ Suave Ondulado	R\$ 4.862,76/ha a R\$ 8.065,67/ha ⁹	PNA	Barbalho, Silva e Castro (2013)
							ProReno va	Nova Cana

Tabela 1 – Políticas Públicas Federais x Mudança do Uso da Terra, com ênfase na expansão da cana em Goiás.

Fonte: diversas fontes citadas na coluna à esquerda.

1. Tamanho da área expandida, ou seja, novas áreas ocupadas com a lavoura canavieira, mas pode incluir área residual de política anterior; salvo em casos a serem claramente informados ao leitor, não se trata de área total, isto é: áreas somadas de safras anteriores.
2. Relevo significa declividade + altimetria, isto é: os solos de Goiás vão variando conforme as terras estejam em chapadas (declividade até 3%), planícies (3% a 8%) ou terras mais altas (0% - 20%; 45%-5%). A expansão começa em terras centrais e ganha força no sul do estado, onde os relevos predominantes são plano e suave ondulado. Goiás apresenta 32,4% de seu território em terras planas, 42,8% em relevo suave ondulado, 19,4% ondulado, 5% em forte ondulado e 0,4% de relevo montanhoso. Noroeste e Sul de Goiás têm as menores declividades.
3. Esta variável é importante porque sua formação pode ser explicada por algumas variáveis anteriormente expressas, ponderadas de acordo com métodos geoestatísticos (krigagem e co-krigagem) (Macedo, 2013).
4. Note-se que a Política Pública do PRODECER II era destinada a grãos. Porém, parte devido ao Proálcool, e parte por decisão de produtores/investidores, a cana substituiu algumas áreas destinadas a essa cultura; inclusive a parcela tradicional, que não decorreu da política pública; por isso, não deixa de ser importante registrar expansão da lavoura canavieira em áreas de alta aptidão agrícola durante o ano de 1985, quando a referida política pública era estabelecida.
5. O maior valor encontrado para as declividades em terras que favorecem a agricultura mecanizada é 9,52%. (Macedo, 2013).
6. Valores de referência para Agricultura de Baixa Produtividade, que eram as terras que predominavam no início da expansão.
7. Entre 1970-2001; portanto, inclui a expansão incipiente dos anos 1970 mais o impulso do Proálcool. Entre 1970-2001; portanto, inclui a expansão incipiente dos anos 1970 mais o impulso do Proálcool.
8. Acumulada com a área remanescente do Proálcool.
9. Valores de referência para Agricultura de Alta Produtividade, que atualmente, são mais frequentemente encontradas no Sul Goiano, destino da recente expansão.

O Paradigma Pós-positivista é aquela norma geral que orienta – no caso presente – a Avaliação de acordo com elementos além da Razão e bastante vinculada a esquemas lógicos. Essa norma geral está aplicada, embora notadamente diluída em todo o trabalho desenvolvido neste capítulo, que, de certa maneira, aparenta ser bem analítico do ponto-de-vista das categorias e elementos-centrais apreciados.

Com esse breve desenvolvimento a partir das bases lançadas no início deste tópico, pode-se impulsionar um deslocamento no percurso paradigmático para as concepções que orientaram a Avaliação neste Paradigma Pós-positivista, que, afinal, será identificado como **Pós-construtivista**.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo percorreu uma linha que começa com a descrição da Política Pública que foi avaliada; após, conheceu os contextos políticos e as articulações envolvendo sua elaboração, aprovação, implementação e discussão. A seguir, passou por um roteiro básico de Avaliação. Inferiu-se que no Paradigma Pós-Positivista, em uma apurada tipologia – Pós- construtivismo, a Avaliação é muito mais complexa que a mera aferição (quantitativa) de resultados específicos. A busca da interação entre o **texto** e o **contexto** de cada aspecto da Política Pública permite deduzir que a presente Política Pública escolhida para ser submetida a uma **Avaliação em Profundidade** ou é menor que as complexidades que informam o seu objeto. Em termos de Resultados Alcançados, procurou-se analisar os diferentes objetivos da Avaliação em Profundidade e assim determinar sob que aspectos o ZAE pode realmente ser avaliado.

A fusão do **texto** do ZAE com os variados **contextos** a que foi exposto ao longo desta Avaliação em Profundidade revela que desta Política Pública, inicialmente *Normativa*, Regulatória, mesmo para os seus objetivos formais postos, não se pode dizer que foi plenamente satisfatória; mas, por outro lado, para que seus objetivos fossem atendidos haveria necessidade de outras Políticas, incluindo um redesenho das tendências e Modelos de Negócios das firmas que atuam no agronegócio sucro-alcooleiro. O mais importante, entretanto, é que a persistência da cana nas áreas vedadas pelo ZAE¹⁰ se deve a uma *Path Dependence*, causada pelo fato de outras políticas que influenciaram a cana-de-açúcar em Goiás induziram historicamente a cana a ocupar áreas que, atualmente, não são sustentáveis.

REFERÊNCIAS

Abdala, Klaus; Ribeiro Lee, Francis. Ferreira, Manuel Eduardo. Risco de Impactos Ambientais gerados pela dinâmica de uso do solo no estado de Goiás: uma abordagem multimétodos. RBC. **Revista Brasileira de Cartografia** (Online), v. 68, p. 235, 2016.

10. O DECRETO N° 6.961, de 17 de setembro de 2009 foi revogado pelo DECRETO N° 10.084, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019.

Barbalho, Maria Gonçalves da Silva; Silva, Adriana Aparecida; Castro, Selma Simões de. A expansão da área de cultivo da cana-de-açúcar na região sul do estado de Goiás de 2001 a 2011. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, n.29, p.98-110, 2013.

Barbalho, Maria Gonçalves da Silva. A expansão da área de cultivo da cana-de-açúcar na região sul do estado de Goiás de 2001 a 2011. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais** – Número 29 – Setembro de 2013.

Borges, Vonedirce Maria Santos. Formação da Nova Centralidade do setor sucroenergético no Cerrado: o caso de Quirinópolis, Estado de Goiás. **Tese de Doutorado** em Geografia. UFG, Goiânia, 2011.

Brasil. **Decreto nº 6.961**, de 17 de Setembro de 2009.

Brasil. **DECRETO Nº 10.084**, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10084.htm. Acessado em: 02/07/2020.

Campos, Washington Pereira; Caliyari, Márcio; Silveira, Marina Aparecida da. (2014). Implicações da expansão do cultivo da cana-de-açúcar sobre o município de Goiatuba. **Conjuntura Econômica Goiana**. Instituto Mauro Borges (IMB). N. 30.

Carijo, Ed Licys de Oliveira. A expansão da fronteira agrícola no estado de goiás: setor sucroalcooleiro. **Dissertação de mestrado** em agronegócios. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás. 2008.

David, Paul A. Clio and the Economics of QWERTY', **American Economic Review**, 75. 1975.

Ferreira, Osmar Mendes e Oliveira, Eduardo Lima de. **AVALIAÇÃO DO CRESCIMENTO DAS INDÚSTRIAS SUCROALCOOLEIRAS DO ESTADO DE GOIÁS**, disponível em <http://www.ucg.br/ucg/prope/cpgss/ArquivosUpload/36/file/AVALIA%C3%87%C3%83O%20DO%20CRESCIMENTO%20DAS%20IND%C3%9ASTRIAS%20SUCROALCOOLEIRAS%20DO%20ESTADO%20DE%20GOI%C3%81S.pdf>. (Dezembro de 2007). Acesso em 02 de Agosto de 2011.

Gobbi, Wanderléia Aparecida de Oliveira. Agricultural Modernization in the Minas Gerais state's Cerrado: governmental development programs in the 1970' decade. **Caminhos de geografia**. Uberlândia, Minas Gerais, 2004.

Guba, Egon G. e Lincoln, Yvonna. **Avaliação de quarta geração**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011 (p.27 a 131).

Guerreiro, V. M.; Pellegrino, G. Q. **Geração e organização das informações da cana-de-açúcar: impactos das mudanças climáticas e avaliação espaço-temporal**. 2010. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/868694/geracao-e-organizacao-das-informacoes-da-cana-de-acucar-impactos-das-mudancas-climaticas-e-avaliacao-espaco-temporal>. Acessado em: 15-07-2016, às 22:51 h.

International Renewable Energy Agency (IRENA). Renewable Energy and Jobs – Annual Review, 2016. Disponível em: <http://www.irena.org/menu/index.aspx?mnu=Subcat&PriMenuID=36&CatID=141&SubcatID=2729>. Acessado em: 15-07-2016, às 23:29 h.

Lejano, Raul P. **Parâmetros para análise de políticas públicas**: a fusão de texto e contexto. Campinas. Editora Arte Escrita, 2012.

Miziara, Fausto Silva ; Ferreira, Nilson Clementino. Expansão da Fronteira Agrícola e Evolução da Ocupação e Uso do Espaço no Estado de Goiás: Subsídios à Política Ambiental. In: Laerte Guimarães Ferreira Jr. (Org.). **A Encruzilhada Socioambiental: Biodiversidade, Economia e Sustentabilidade no Cerrado**. 1ed.Goiânia: Editora UFG, 2008, v. 1, p. 150-320.

Miziara, F. Expansão da Lavoura de Cana em Goiás e Impactos Ambientais. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009, Rio de Janeiro. **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009**. v. 1. p. 1. North, Douglass. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance - The political economy of institutions and economic decisions**. Cambridge University Press. 2007.

Shiki, Simone de Faria Narciso, Desenvolvimento Agrícola nos Cerrados: Trajetórias de Acumulação, Degradação Ambiental e Exclusão Social em torno de Iraí de Minas.Uberlândia, UFU, 1998. (**Dissertação**, Mestrado em Desenvolvimento Econômico).

Zopelari, André L. M. S. Determinantes do Investimento em Projetos de Cana-de-açúcar em Goiás (2007-2010). **Dissertação de Mestrado em Agronegócios**. UFG. Goiânia, Goiás. 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração Pública 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 26, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 108, 147, 155, 156, 157, 221, 226, 251

Agricultura Familiar 14, 17, 125, 175, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192

Amazônia 171, 172, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 251

Assistência Social 74, 82, 83, 85, 86, 87, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 103, 105, 125, 154, 212, 215

Avaliação 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 37, 38, 77, 90, 111, 113, 114, 118, 147, 155, 164, 169, 175, 176, 178, 194, 195, 196, 201, 206, 207, 251

B

Biodiesel 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Brasil 11, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 22, 25, 28, 32, 33, 36, 39, 42, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 57, 58, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 80, 81, 83, 86, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 154, 155, 157, 161, 165, 166, 171, 173, 174, 177, 179, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 193, 207, 213, 214, 215, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 247, 249, 250

C

Capacitação 20, 94, 111, 112, 113, 114, 115, 128, 129, 160, 167, 168, 176, 226, 229, 232

Capital Humano 3, 4, 11, 17, 28, 52, 53, 55, 61, 62, 63, 68

Capitalismo 75, 76, 77, 78, 79, 83, 124, 221

Cidadania 23, 24, 32, 83, 84, 86, 87, 97, 156, 157, 162, 168, 169, 223, 224, 226, 232, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 247, 251

Cidade 7, 31, 114, 120, 125, 128, 141, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 159, 161, 168, 238, 244

Controle Social 23, 24, 25, 31, 32

Cooperação 13, 14, 35, 43, 44, 47, 49, 93, 103, 121, 139, 168, 189, 202, 223, 224, 229, 230, 231, 233

D

Desenvolvimento 3, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 25, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 55, 60, 69, 70, 71, 78, 85, 89, 90, 92, 93, 94, 96, 103, 104, 112, 114, 115, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135,

136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 150, 154, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 192, 194, 197, 198, 199, 202, 203, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 231, 234, 239, 251

Desigualdade 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 122, 126, 149, 214

E

Economia Criativa 23, 25, 27, 28, 30, 32, 33

Economia Solidária 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 170, 172

EMBRAPA 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 193, 196, 200, 207

Extensão Rural 175, 179, 182, 183, 184, 187, 189, 190, 191, 192, 193

F

Família 73, 74, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 100, 127, 178, 186, 187, 219, 225, 229, 230, 231, 235, 236

Formulação 18, 23, 24, 26, 31, 37, 38, 48, 87, 90, 140, 147, 148, 153, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 180, 185, 186

Fronteira 167, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 241, 242, 247, 248

Fundo Público 209, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222

G

Gestão Pública 1, 5, 10, 13, 14, 15, 20, 23, 24, 25, 31, 34, 50, 103, 131, 146, 161, 169, 251

Governança 111, 112, 113, 114, 118, 119, 140, 174, 181, 222

H

Habitação 80, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 212, 215

I

Implementação 7, 18, 19, 23, 24, 26, 29, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 42, 44, 45, 46, 48, 93, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 127, 133, 136, 139, 140, 142, 146, 147, 148, 152, 153, 155, 167, 169, 171, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 189, 190, 191, 193, 206, 226

Inclusão 91, 121, 122, 123, 130, 137, 146, 154, 163, 181, 182, 183, 185, 186, 188, 191, 192, 222, 226

Inovação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 45, 158, 168, 172, 174, 175, 180, 251

Interdisciplinaridade 85, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97

M

Mediação 37, 124, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234

Mercado de Trabalho 53, 56, 58, 59, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 81, 82, 126, 127, 166

Município 23, 24, 25, 29, 30, 31, 32, 40, 41, 48, 130, 140, 160, 161, 184, 186, 188, 207, 214, 241, 243

N

Nordeste Brasileiro 132, 133

O

Organizações da Sociedade Civil 111, 112, 113, 114, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 129

P

PAC 145, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155

Periferia 149, 156, 158, 159, 169

Planejamento 7, 8, 21, 27, 29, 69, 71, 72, 109, 110, 112, 137, 140, 141, 144, 149, 150, 153, 154, 166, 168, 178, 210, 221, 222, 239

PNPB 183, 184, 185, 186, 191, 193

Política Pública 23, 24, 28, 30, 31, 34, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 48, 50, 90, 120, 122, 123, 129, 130, 135, 142, 146, 149, 151, 172, 176, 177, 185, 186, 188, 189, 191, 194, 195, 199, 203, 205, 206, 221, 222, 224, 232

Políticas Culturais 27, 156, 157, 159, 161, 169

Políticas Sociais 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 90, 97, 123, 154, 209, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222

Previdência Privada 98, 99, 101, 102, 106, 107, 108

Previdência Social 86, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110

Programa de Regionalização do Turismo 132, 133, 138, 142

Proteção Social 73, 74, 78, 79, 82, 83, 84, 87, 90, 91, 92, 96, 103, 104, 105, 131, 216

R

Reformas Previdenciárias 99, 102, 103

Registro Tardio 235, 236, 237, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250

Renda 17, 27, 30, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 76, 81, 99, 100, 107, 120, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 130, 133, 138, 139, 149, 150, 152, 163, 166, 168, 172, 177, 178, 179, 183, 185, 186, 200, 203, 216, 218, 219

Rota das Emoções 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142

S

Seguridade Social 86, 101, 103, 104, 105, 109

SENAES 122, 123, 124, 125, 129

SUAS 5, 8, 9, 18, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 35, 42, 46, 48, 49, 50, 53, 57, 74, 75, 76, 78, 79, 82, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 106, 112, 114, 121, 123, 126, 127, 136, 143,

146, 148, 151, 153, 154, 158, 160, 164, 165, 171, 173, 179, 186, 187, 188, 190, 194, 195, 209, 212, 217, 220, 230, 233, 235, 236, 237, 238, 239

Sustentabilidade 26, 109, 111, 112, 113, 118, 126, 141, 142, 160, 168, 171, 172, 174, 178, 180, 194, 195, 196, 197, 201, 208

T

Trabalhadores 33, 51, 54, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 78, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 98, 100, 102, 108, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 129

Trabalho Interdisciplinar 85, 87, 91, 92, 93, 96, 97

Turismo 27, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

U

Urbanização 138, 145, 148, 149, 151, 152

Z

Zoneamento 175, 177, 179, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 203

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 